

# PADRÕES DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA BAIANA\* (1940 A 1980)

ANETE BRITO LEAL IVO

## INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira nas últimas décadas adquiriu um caráter capitalista mais profundo acompanhado de uma forte concentração da propriedade da terra, do fortalecimento do capital monopolista no campo e de um processo de modernização intensivo nas técnicas de cultivo dos latifúndios.

Dadas as singularidades históricas de desenvolvimento regional, no entanto, este processo de mudança atinge de forma diferenciada os diversos Estados do país, criando e/ou aprofundando desigualdades entre regiões e mesmo entre áreas de culturas distintas. Três forças básicas, condicionadas, evidentemente, pela ação estatal, vêm delineando estas transformações: a expansão da fronteira agrícola e consequente penetração de consórcios nacionais e multinacionais no campo, o sistema de subsídios e incentivos estatais (especificamente o crédito agrícola); e o fomento ao desenvolvimento intensivo das forças produtivas, como resultado dos programas de modernização no campo.

Na Bahia, particularmente a partir da década de 70, a agricultura vem apresentando profundas transformações que

---

\* Este artigo foi elaborado em fevereiro de 1982 para um seminário com a equipe Brasil do CREDAL-CNRS, Paris.

Está traduzido na França sob o título "Modèles de Reproduction du Capital Dans l'Agriculture Baianese" (trad. BERTRAND, J.P.) a fim de integrar uma publicação da equipe francesa pela École Normal Supérieure.

atingem não só as condições de produção em si mesmas e de uso do solo, mas propicia também a emergência de novas relações e contradições de classes na área rural, com repercussões sobre o conjunto da sociedade brasileira.

Além disso a. dinâmica da formação histórica deste Estado; as condições favoráveis a reprodução do capital, com a recente criação do Polo Petroquímico; além de sua situação geográfica estratégica, de eixo norte-sul, leste-oeste, colocam a Bahia numa situação singular frente às diversas tendências de desenvolvimento regional da agricultura no país constituindo-se, portanto, em exemplo importante a ser estudado. Aí observa-se não somente a reocupação produtiva de algumas de suas áreas centrais; a expansão da fronteira agrícola no sentido oeste e sul do Estado (como ocorre na região central e norte do país); como também a intensificação do processo de modernização, atingindo novas e antigas culturas agrícolas como o cacau, a soja, o café, a horticultura, etc. Por outro *lado* é por demais conhecida a violência dos conflitos de terra na Bahia, que indica a força e o ritmo com que estas mudanças estão a operar, bem como a gravidade destas contradições ao nível das classes trabalhadoras.

A compreensão deste processo, no entanto, não é alcançada pela simples análise de indicadores econômicos de produtividade, mas só pode ser apreendida como parte de um processo histórico no qual se realiza simultaneamente o avanço e expansão do capital e o movimento de expropriação das classes trabalhadoras no campo.

Este artigo procura contribuir para este entendimento, buscando delinear de forma sintética as principais tendências observadas no setor agrícola baiano a partir da década de 40-50, detendo-se, mais profundamente, nas características mais recentes apresentadas por este processo entre 70 e 80.

Efetivamente, observando-se o desenvolvimento geral da agricultura baiana no período que vai de 40 a 80, constata-se o comportamento cíclico do setor, que perpassa formas distintas de subordinação da agricultura a condições de reprodução do capital, as quais configuram 2 momentos distintos: o primeiro, que se estende até fins da década de 60, no qual a expansão da produção agrícola não depende de um processo de acumulação do capital que se opera internamente, no interior mesmo da própria agricultura, ou seja, "a dominação das relações capitalistas se dá indiretamente, defendendo da expansão do capital (isto é, da acumulação) no conjunto da economia" (SILVA, 1979: 9). E, um segundo momento, que se consolida na década de 1970, onde a acumulação já se faz ao nível interno do próprio setor, ou seja, quando se verifica um processo objetivo de dominação mais direta do capital no campo(1).

A seguir tenta-se a configuração deste processo histórico de integração da agricultura no conjunto da economia nacional, durante o período de 1940 a 1980.

## 1-DOMINAÇÃO INDICIADO CAPITAL SOBRE A AGRICULTURABAIANA (PERÍODOS 40/50, 50/60, 60/70).

### 1.1. PERÍODO 40 a 60

Toda a economia baiana colonial teve seu eixo dinâmico centrado na produção altamente especializada de artigos primários (cana-de-açúcar e posteriormente, fumo a cacau) voltados para o comércio exterior, baseado no trabalho escravo até fins do século XIX, quando se instaura o trabalho livre.

Durante todo o desenvolvimento colonial, no entanto, desenvolveram-se, articuladas à grande produção comercial,

---

(1) Os conceitos de dominação direta e indireta do capital sobre a agricultura foram extraídos de SILVA, Sérgio (1979),

amplas áreas de pecuária extensiva e setores de subsistência, que retiveram sempre a maior parte da força de trabalho no campo, fazendo com que o setor agrícola venha participando historicamente, de forma dominante, na estrutura do emprego estadual.

A partir de 1930, no entanto, o eixo da economia nacional deixa de gravitar em torno do setor agrário-exportador para centrar-se sobre o setor industrial, localizado no centro-sul do país.

Efetivamente as tendências até então assumidas pela economia colonial, na Bahia, caracterizada por uma estrutura de distribuição de renda marcada por profundas diferenciações internas, resultado de uma organização de produção baseada, durante séculos, no trabalho escravo e que envolveu, em seguida, para uma agricultura de subsistência, deixou fora do segmento monetário da economia grande parte da população rural, impossibilitando a consolidação de um mercado interno capaz de viabilizar a instalação de indústrias adequadas à realimentação do processo de crescimento regional, como ocorreu no sul do país.

O modelo de industrialização que então se implanta no Brasil, nos marcos dos anos 30, se fez, sob condições de integração do mercado nacional, criando vínculos de dependência estrutural com os demais setores econômicos e regiões, o que vai determinar uma situação de estagnação da economia agrária, sobretudo em regiões periféricas, como é o caso da Bahia.

Assim, a agricultura baiana no período, participa indiretamente da dinâmica econômica de formação do capital, através de reinversões de seus excedentes gerados pela agricultura de exportação regional, em centros dinâmicos do centro-

sul do país (ver CEPLAB, 1978) além de se constituir em reservatório de mão de obra que sustenta o desenvolvimento deste processo de industrialização.

Ao se analisar os indicadores de desempenho da agricultura entre 40-50, apresentados no Quadro I - coluna b, observa-se, de fato, um processo de involução do setor, configurado pela:

a) restrição à expansão da fronteira agrícola, expressa pela diminuição dos índices de crescimento da área total dos estabelecimentos agro-pecuários, os quais entre 40/50 cresceram apenas 17,34%, quando no período 20/40, cresceram 58,65%;

b) involução das áreas de lavoura para áreas de pecuária, comprovado pelo:

- crescimento negativo da área de lavoura no período, -4,34% sobretudo da lavoura temporária, cujo crescimento negativo foi de -9,52% no período 40/50;

- expansão significativa do efetivo de bovinos que apresentou crescimento de 42,33%, bem acima do período anterior, que foi de apenas 13,56%;

c) conseqüente diminuição no processo de incorporação da mão de obra, que cresce apenas 2,12% entre 40/50.

Assim, pode-se super que dadas as condições críticas da economia agrária da Bahia no período 40-50, o setor contribui para a consolidação do modelo nacional de industrialização do sul com um fornecimento de mão de obra não qualificada, representando uma oferta abundante e barata do fator

trabalho tanto para a indústria quanto para a agricultura do sul.

No que pese a manutenção dos padrões de desenvolvimento da economia nacional, baseado no modelo de industrialização e, ainda que se considere o equacionamento da questão agrária do nordeste, com ênfase em soluções de natureza "hidráulica" (construções de açudes e barragens), a agricultura baiana no período 50-60 apresenta uma situação singular, reagindo à condição anterior de estagnação e pobreza, provavelmente através de estímulo ao pequeno agricultor para produção de alimentos, como alternativa à condição de impasse em que então se encontrava a economia (2).

Efetivamente, observando os índices de crescimento do período 50-60 (coluna C - Quadro I) constata-se um maior dinamismo do setor, resultante do melhor padrão no uso do solo agrícola definido pela transformação das áreas de pecuária em áreas de lavoura mais produtivas e absorvedoras de mão de obra. Contrariamente ao que acontece na década anterior, verifica-se no período:

- aumento do crescimento relativo da área de lavoura, que no período anterior fora negativo, e entre 50/60 é de 57,63%;

---

(2) Uma avaliação correta das variáveis econômicas e políticas que determinam esta reação do setor, requer um maior aprofundamento com dados qualitativos e quantitativos sobre o período. Algumas evidências apontam, **para um comportamento diferenciado do governo estadual na época, com** à constituição da Colônia J.K., treinamento de agrônomos no exterior, estímulo à Escola Superior de Agronomia, etc.

- redução no crescimento do efetivo de bovinos de 42,33% (entre 40/50) para 17,81\* (entre 50/60);
- aumento do número de estabelecimentos que apresenta um crescimento entre 50/60 de 47,83%, sem que haja um significativo aumento da fronteira agrícola (A área total dos estabelecimentos cresce apenas 12,29\*).

Ressalve-se, ainda, que esta década (50/60) representa um momento significativa ao nível do avanço das forças produtivas através da expansão da mecanização na agricultura, expressa pelo índice de crescimento do número de tratores, que passa de 90,70% (entre 40/50) para um expressivo crescimento relativo de 617,07\*, entre 50/60.

Este processo de dinamização da agricultura, no entanto, não se faz independentemente, mas resulta da dinâmica da indústria automobilística implantada no sul do país, que interfere sobre a modernização do setor agrícola.

Toda esta nova tendência que se instala na época tem reflexos positivos sobre as condições de absorção da mão de obra no setor, que apresenta os maiores índices de crescimento relativo em todo o período estudado, passando de um crescimento de 2,12\* (40/50) para uma expansão de 41,86% entre 50/60, apesar de continuarem os fluxos de mão de obra para o sul do país.

Esta incorporação de força de trabalho se dá fundamentalmente ao nível dos pequenos estabelecimentos, como se pode observar no Quadro II: os estabelecimentos de 0-10ha têm um crescimento relativo de 71,59% do seu pessoal ocupado, enquanto os estabelecimentos de +1000 ha apresentam crescimento relativo negativo do pessoal ocupado, em igual período. Estes

fatores, provavelmente, determinaram a expansão do número de estabelecimentos e a diminuição da área disponível por pessoal ocupado.

Nos termos em que se realiza o padrão de recuperação da agricultura baiana, no período 50/60, pode-se supor que ela se integra à dinâmica da acumulação, constituindo-se em mercado consumidor para produtos industriais, a exemplo da dinâmica no processo de mecanização, no período. Por outro lado, o relativo desenvolvimento do setor agrícola, em 50/60, propicia as bases para o projeto de industrialização regional que se inicia já ao final da década de 50/60 com a criação da Petrobrás, vindo a consolidar-se no decênio posterior (60/70) como resultado da necessidade imperiosa de reprodução do capital industrial.

#### 1.2. PERÍODO 60-70: FASE PREPARATÓRIA PARA AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO

De fato o processo de expansão da economia no centro-sul do país e a intensificação dos níveis de pobreza do Nordeste originaram amplos debates sobre o caráter das desigualdades regionais, cuja resposta resultou na criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em fins da década de 50.

A instalação da SUDENE expressava, então, uma nova concepção de desenvolvimento regionalizado indo redefinir novos padrões de articulação das regiões Sul e Nordeste, que são expressos pelo estímulo à industrialização desta última região.

A viabilização desta nova política se faz mediante uma nova formulação desenvolvimentista, consubstanciada no conceito de "região-programa".



Ao lado da ênfase dada para o financiamento de projetos industriais no nordeste, a maior parte de utilização dos recursos públicos aplicados ao setor rural pela SUDENE no entanto, continua voltada para a provisão de infraestrutura e, a partir de 1966, também, para o financiamento de projetos agro-pecuários no Estado da Bahia.

Por outro lado, processa-se também uma interiorização da industrialização, com apoio da SUDENE, observando-se então, a formação de pequenos polos industriais em outros núcleos urbanos importantes do Estado da Bahia: Feira de Santana; Ilhéus/Itabuna; Vitória da Conquista; Alagoinhas; Jequié e Juazeiro, ligados mais estritamente ao setor rural, e que, de certo modo, interferem nas condições de produção e emprego da força de trabalho a nível regional.

Toda esta nova dinâmica da economia regional como um todo não resulta, entretanto, em condições propícias ao desenvolvimento da agricultura baiana, dando continuidade e expansão do processo de recuperação que se configurava na década anterior, de 50/60. Ao contrário, a subordinação da agricultura ao eixo dinâmico da industrialização nacional e agora regional, resulta na formação de uma situação crítica com retorno a condição de estagnação que se encontrava na década de 40/50, com a lenta expansão da pecuária extensiva consorciada à agricultura de subsistência, no lado de eixos produtivos dinâmicos, centrados em torno da produção comercial de cacau, fumo, cana de açúcar, sisal e mamona, basicamente.

Assim é, que, analisando-se a participação da agricultura na formação da riqueza estadual, constata-se uma queda das taxas acumuladas do PIE, no setor agro pecuário do período 60/65 que cai de 6.1 (entre 55/60) para 3.6 (entre 60/65) e posteriormente para -6.0 no quinquênio 65/70 (ver Quadro III).

Esta retração do setor agrícola, no entanto, não se dá como resultado exclusivo dos baixos índices de produtividade do setor, mas reflete, também, uma crise geral da economia brasileira que se exprressa através de um processo inflacionário, que em 1963 se situa em torno de 80% (CEPLAB, 1978: 20), desestimulando inversões e criando tensões e conflitos em todos os setores da sociedade, inclusive ao nível dos trabalhadores rurais do nordeste.

Efetivamente, o aprofundamento da pobreza rural, notadamente nos estados do nordeste, a esta época, e as condições político-institucionais levaram a um processo de mobilização dos trabalhadores rurais, resultando na sua organização em torno de sindicatos e associações que lutam contra o latifúndio e pela redistribuição da terra aos camponeses.

A estas pressões sociais e políticas o governo num plano nacional responde com a decretação do "Estatuto do Trabalhador Rural" em 1963, que expande as garantias trabalhistas até então limitadas ao setor industrial, aos trabalhadores da agricultura, o que vai induzir futuras transformações ao nível das relações de produção e **contratação da** força de trabalho no campo. De fato, por esta via, o governo federal formaliza as condições para a penetração mais intensiva do capitalismo na agricultura brasileira, transformando o produtor independente em assalariado.

Também nesta época a política de integração do espaço racional, cria as frentes pioneiras nas regiões centro e norte do país, deslocando r>arte do campesinato baiano para estas regiões, intensificando, assim a saída de trabalhadores rurais do Estado da Bahia.

Desta forma, entre 60 e 70 a agricultura continua participando indiretamente do processo de expansão do capital,

através: a) de reinversões dos excedentes da agricultura de exportação, já agora, dado ao dinamismo da economia regional, em setores mais dinâmicos do Estado, qual sejam, a indústria e a construção civil; b) do desenvolvimento de projetos agro-pecuários de maior dimensão, subsidiados pela SUDENE, dando origem a uma nova condição de propriedade da terra, através da formação de empresas agrícolas; c) pela contínua sustentação dos projetos governamentais como fornecedora de mão de obra para as frentes pioneiras e demais setores dinâmicos da economia regional e nacional, e, sobretudo; d) pela manutenção das condições de extrema pobreza da população rural, que sobrevive em unidades anti-econômicas de subsistência.

Neste sentido, as condições de desenvolvimento regional acionadas pela SUDENE não contribuíram para solucionar a questão mais grave do campo, qual seja, a profunda desigualdade na estrutura de propriedade da terra. Ao contrário, o apoio a grandes projetos agro-pecuários inova a condição de propriedade da terra sob formas mais modernas, de empresas agrícolas, contribuindo, ao mesmo tempo, para a expansão do processo de concentração da propriedade e servindo de base consistente para o avanço do capital no campo, que se opera na década de 70/80.

Os dados expressos no Quadro IV, coluna b, mostram claramente esta tendência, quando apresenta índices de crescimento positivo da área nos estratos de mais de 1000 ha (23,29%) os quais, na década precedente, apresentavam um crescimento negativo de -2,83%. Por outro lado, os pequenas e médios estabelecimentos cresceram a ritmo inferior à década de 50/60.

Estas condições reduzem, em termos gerais, a área média dos estabelecimentos (Quadro V-b) o que vai repercutir sobre o nível do emprego do pessoal ocupado no setor (Quadro

II - coluna b), sobretudo nas propriedades de 50-100 ha, que apresentam uma evolução negativa de -1,75% na incorporação de força de trabalho, na década de 60/70.

Este processo, pode ser ainda explicado, possivelmente, em função da manutenção dos índices de emigração e de migração interna rural urbana, provavelmente em função de um redirecionamento provocado pela intensificação das obras de infraestrutura e outras de construção civil, além da exploração petrolífera no Recôncavo e desenvolvimento dos pequenos polos industriais.

Por outro lado, do ponto de vista do setor agro-pecuário, a expansão de dois fatores: a dinâmica do setor pecuário e a intensificação do uso da mecanização, pode ter influenciado os níveis de ocupação da força de trabalho nos maiores estabelecimentos. De fato, neste período (60/70) a pecuária expandiu seus efetivos em 23,12%, enquanto a área de lavoura cresceu de apenas 9,27% (ver Quadro I). Além disto altera-se bastante a área média disponível em "relação ao número de tratores existentes que, em 1960, é de 30.045 ha, e em 1970 reduz-se para menos da metade, ou seja, para 12.111 ha (ver Quadro VI), demonstrando uma expressiva mecanização agrícola, já que esta não atinge de forma homogênea todo o território rural, mas apenas os setores produtivos mais dinâmicos, de uso de capital mais intensivo, geralmente vinculados as lavouras de exportação.

A instauração do governo militar a partir de 1964, e a retomada subsequente da economia nacional se fez com base num modelo político econômico altamente concentrador, objetivando reforçar a integração do espaço econômico nacional, o que se repercute também na tendência à concentração da propriedade no campo.

Abandona-se a partir desta época a concepção de "região-programa" com perda de relevância da SUDENE; passando a trabalhar-se, então, a nível de atividades prioritárias, conduzidas, diretamente, pelo governo federal, que dá margem ao surgimento de diferenciações intrarregionais, como é o caso da implantação do II Polo Petroquímico do Brasil, na Bahia, na década de 70-80.

É neste contexto que o Nordeste, como um todo, perde prioridade como espaço, passando a Bahia, isoladamente, a se inserir na nova política econômica como área privilegiada da estratégia de desenvolvimento econômico nacional, com repercussões ao nível da divisão social do trabalho e dos padrões de subordinação da agricultura ao capital.

## **2 - 0 PADRÃO DE DOMINAÇÃO DIRETA DO CAPITAL NO CAMPO (A PARTIR DA DÉCADA DÉ 70)**

### **2.1. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA AGRÍCOLA 70/80.**

As condições institucionais já apontadas e de desenvolvimento de infra-estrutura geradas nas décadas precedentes aliadas agora (70/80) à nova dinâmica do Estalo enquanto área prioritária do processo de acumulação do capital, coloca a Bahia, então, em situação destacada e diferenciada na dinâmica geral da região nordestina, apresentando um crescimento econômico que se repercute também num dinamismo e recuperação do setor agropecuário.

Este processo não se dá "naturalmente", mas resulta da expansão do capital e dos objetivos políticos de integração dos diversos espaços nacionais ao modelo econômico concentrador, definido nos objetivos do PIN - Programa de Integra-

ção Nacional, que objetivava a integração Nordeste/Amazônia, e do PROTERPA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte/Nordeste).

Por outro lado as diretrizes perdas a partir dos centros hegemônicos com a Comissão Trilateral (1973) impunham a superação dos bolsões de pobreza nas áreas periféricas do mundo, que ameaçavam as condições de expansão do capital. Estas diretrizes seriam controladas a nível dos setores financeiros internacionais (FMI, BM, BID) aliados ao empresariado dos diversos países, intervindo aí através de Programas de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI, voltados para pequenos produtores rurais.

No nordeste do Brasil esta política se mobiliza através do Programa POLONORDESTE, a partir de 1974. Dada a crise internacional do petróleo, a agricultura passa então a ocupar lugar estratégico no modelo econômico nacional, sobretudo ao final da década (1979) com objetivo de:

- a) dinamizar a produção de alimentos, diminuindo os índices da inflação;
- b) acelerar a produção de artigos agrícolas para exportação, atenuando o desequilíbrio do balanço de pagamento;
- c) estimular a produção de artigos que resultem em novas fontes energéticas, criando alternativas para a crise do petróleo.

Observando-se os índices gerais de crescimento da agricultura no período 70/80, constata-se, então, uma efetiva recuperação do setor, quando a sua participação no PIB estadual, se expressa por uma taxa de crescimento acumulada que

passa de -6,0 (período 65/70) para +6,0, no quinquênio posterior (7 0/75), (ver o Quadro III), ainda que a produção agrícola apresente oscilações bruscas, particularmente devida à frustração das colheitas em 1976, devido às secas.

Por outro lado, apesar da agricultura representar o setor que mais absorve mão de obra, durante todo o período ela apresenta uma tendência de absorção declinante (ver Quadro VII), de um lado, pela forte atração criada pela implantação do Polo Petroquímico (através da criação de empregos indiretos) e, de outro, pelos padrões desordenados com que se opera a sua recuperação nesta fase, **privilegiando ainda mais** a entrada do grande capital.

Ao analisar-se o Quadro I no que se refere à década 70/80, (coluna e), constata-se que a expansão da agricultura se faz, então, pelo crescimento bastante acentuado da área dos estabelecimentos agrícolas (35,53%); pela expansão da área da lavoura, que cresce 42,10% e especialmente da lavoura permanente 55,30%; pela aceleração do processo de mecanização que expressa um crescimento de 518,66% entre 70/80 cobrindo uma área média de apenas 2.653 ha por trator em 1980 e finalmente pela tendência ascendente de expansão da pecuária.

Assim, o desenvolvimento da agricultura na década 70/80 resulta tanto da intensificação das forças produtivas e reocupação produtiva das áreas de cultivo, como também através da expansão da fronteira agrícola, no sentido oeste, extremo sul e nordeste do Estado.

A incorporação de novas terras influencia o tamanho médio dos estabelecimentos que passa de 41,10 para 47,22 ha, enquanto as lavouras passam a apresentar uma maior participação em relação a área total, expressa em **11,13%**, quando,

riormente (1970) representava 10,62%.

Alguns fatores são responsáveis por este novo desenvolvimento da agricultura baiana. Dentre eles destacam-se:

a) o abertura da fronteira agrícola, cuja expansão foi possível graças aos projetos de infraestrutura (estradas, eletrificação rural, etc.) desenvolvidos nas décadas de 60 e 70 e que vão permitir uma incorporação de 7.908.343 ha, expressando um crescimento de 82% em relação a década anterior, indo alterar substancialmente a estrutura de distribuição da propriedade da terra, no Estado;

b) a política creditícia de subsídio a agricultura, bem como as modificações da legislação de incentivos fiscais, estendidas a outros **setores** e regiões, que permitiu aos investidores a captação e aplicação de recursos em grandes projetos agro-pecuários, hortigranjeiros e de reflorestamento (no Oeste, extremo Sul do Estado e litoral Norte);

c) a implantação de programas oficiais federais, incluídos no II PND, voltados para as áreas mais atrasadas do Estado, buscando a elevação dos níveis de produtividade na produção de alimentos e na fixação do homem no campo. Ex.: PO LONORDESTE, **PROTERRA, IRRIGAÇÃO**;

d) o estímulo às economias de exportação, principalmente o cacau (mais tradicional, o café e a soja (mais recentes a partir da década de 70), através da implantação de programas de modernização, com resultados significativos ao nível da produção, especialmente do cacau;

e) transformação das formas de produção com a implantação da frente de agroindústrias concentradas basicamente no Vale do São Francisco.



Todo este conjunto de fatores provocam, evidentemente mudanças sensíveis sobre a distribuição da propriedade da terra e emprego da mão de obra que vão resultar em novas relações de classe e na diferenciação dos padrões de especialização da agricultura e de acesso do homem rural à terra.

Assim as transformações que tem lugar neste período expressam já um padrão de subordinação direta de agricultura ao capital.

## 2.2. - O NOVO PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE, EMPREGO DE MÃO DE OBRA E O USO DO SOLO AGRÍCOLA (PERÍODO 70/80)

As condições de transição que marcam o desenvolvimento da agricultura na década de 70/80, como já foi dito, interferem fortemente na estrutura de posse de terra, cuja característica principal passa a ser a intensificação do processo de concentração da propriedade.

Efetivamente o Quadro IV-c mostra que os estabelecimentos de 1000 à 10.000 ha, crescem, sendo de 56% o aumento da área total em relação à década anterior, enquanto aqueles de mais de 10.000 ha, apresentam uma expansão de 296%, ou seja, quase quadriplicam a sua área.

Por outro lado, a expansão dos estabelecimentos de menor porte (o a 10 ha) apresenta uma tendência de crescimento declinante, passando de 39,35% entre 60/70 para 19,11% em 70/80, o que indica, em certa medida, a dinâmica do processo de expropriação dos camponeses pelo grande capital.

Ao se analisar as condições de absorção da mão de obra por tamanho de propriedade (Quadro II) constata-se um novo padrão, qual seja, um certo crescimento da absorção de mão

de obra pelos médios e grandes estabelecimentos, ainda que, proporcionalmente, a mão de obra retida nos estabelecimentos de até 50 ha, represente mais de 70% do total do pessoal ocupado na agricultura» Esta tendência deve-se, em parte, a expansão da produção do café e de outras atividades, era base empresarial.

Considerando-se que a estrutura fundiária mantém o mesmo padrão de distribuição da propriedade, segundo o qual os estabelecimentos de menor tamanho são responsáveis pela maior parte do número de propriedades, enquanto que os grandes estabelecimentos, de mais de 1000 ha, absorvem significativamente a maior parcela da área total, com uma participação insignificante no número de estabelecimentos, conclui-se que, na última década, a questão fundiária se estrutura num padrão de distribuição marcado por profundas desigualdades: enquanto os grandes estabelecimentos (de mais de 1000 ha) representam 1% do número total, detêm 33,50% da área total disponível (Quadro VIII), empregando apenas 2,68% da mão de obra, os pequenos estabelecimentos, de até 50 ha, participam inversamente, incorporando 85,18% do número total de estabelecimentos para uma participação relativa de 18,17% da área disponível, ocupando, por sua vez, 73,10% do total da mão de obra empregada no setor (Quadro VIII).

Pista estrutura, profundamente desigual, se reflete na disponibilidade da área média em cada estrato de área. Neste sentido, observa-se, através do Quadro V-c que a redução da área média disponível atinge apenas os estabelecimentos de até 100 ha. Graziano da Silva (1981: 184) analisando a estrutura da propriedade da terra em São Paulo, diz que "se se considerar que a terra é o componente isolado mais importante no valor venal das propriedades agrícolas e também que ela é fonte de prestígio e poder, a relação entre as áreas médias pode ser entendida como uma aproximação de poder, tanto político, como econômico e social, do grande proprietário em relação ao

pequeno".

As condições dos produtores nesta década apresenta uma predominância dos proprietários, que se situam nos estratos de áreas mais elevadas, enquanto as demais condições de apropriação (arrendamento, parceria, ocupação) correspondem aos estratos de menor área, o que reflete o caráter dependente e precário destas últimas.

Ressalte-se, ainda, que o caráter de expansão da agricultura com abertura da fronteira e reocupação produtiva das terras resultou numa dinâmica expressiva da categoria de "ocupantes" nos estratos de até 10 ha, observando-se um crescimento do número de estabelecimentos de 36,62% e de área de 356,39%, o que, necessariamente, vai expressar-se numa relação de área média maior aos padrões usuais destes estabelecimentos.

A ampliação significativa dos "ocupantes" sobretudo nos estratos de menor tamanho indica que o seu crescimento pode se constituir em mecanismo regulador da intensificação do capital no campo, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo (ver Graziano 1979; 59). Isto porque a ocupação pelos pequenos produtores das áreas de fronteira agrícola se dá em consequência de sua expulsão das áreas onde ocorre uma intensificação do processo capitalista de produção. Por outro lado, o seu papel pioneiro nestas áreas é condicionado pelo avanço extensivo do capital nestas frentes, provocando, posteriormente, a sua expropriação através dos conflitos e grilagens.

O processo de desenvolvimento extensivo do capital, por sua vez, afeta, também, a relação de área média dos estabelecimentos na condição de propriedades de "arrendatários e parceiros". Nesta última década eles apresentam uma expansão

da área média, provocada por uma retração do número de estabelecimentos, que evoluem em -0,73% em relação a um incremento de área de 122,75% (Quadro IX). Evidentemente as áreas de fronteira têm sido ocupadas com a pecuária, articulada à pequena produção, baseada no arrendamento de parte das terras a agricultores sem terra. Aí a formação vegetal, com muitas áreas de matas, e os custos iniciais relativamente altos da atividade pecuária (com limpeza e formação de pastos) impõem a utilização de pequenos agricultores e arrendatários, permitindo que o grande proprietário se aproprie do trabalho gasto na preparação do terreno e na implantação de pastagens, sem incorrer em custos ou riscos, além de beneficiar-se da própria valorização das terras (ver CEPLAB, 1978: 46).

A disponibilidade do fator terra nas áreas de fronteira agrícola, aliada à rápida valorização das terras em áreas de capital mais intensivo, trouxe uma nova forma de especulação imobiliária, realizada não diretamente pelo grande capital, mas sim por agricultores, proprietários de estabelecimentos de médio porte que, utilizando-se basicamente do seu trabalho, vendem a sua propriedade logo após a preparação dos pastos, em função do valor diferencial da terra, para comprar novas propriedades, de maior porte, em áreas menos valorizadas, de fronteiras, com o único objetivo de vender a propriedade após o seu beneficiamento.

Desta forma, observa-se que as condições de avanço do capital no estado da Bahia, determinou modalidades específicas nas relações de produção no campo.

A tendência geral de utilização do solo agrícola é de evolução, tanto das áreas de lavoura, quanto das áreas de pecuária extensiva (Quadro I). Efetivamente, a maior participação da lavoura, na área total do Estado, ocorre neste período, apresentando uma tendência convergente quanto à contribui-

ção das lavouras temporárias e permanentes (Quadro VI).

O maior incremento, entre 1975-1980, se dá no estrato das grandes propriedades (de mais de 1000 ha) que apresentam uma expansão da área da lavoura da ordem de 94,94%, apesar de 69,18% destas, serem produzidas em estabelecimentos de até 50 ha (Quadro IX).

Este crescimento, provavelmente, reflete uma maior expansão das lavouras permanentes, promovida pelas políticas de estímulo à expansão da agricultura de exportação (como o café em 1970). Inversamente, observa-se, nesta época, uma desaceleração do ritmo de crescimento das lavouras temporárias que em 1970 participava com 62,14% do total, passando a representar, em 1980, apenas 58,63%, conforme se pode notar no Quadro VI. Esta tendência de desenvolvimento declinante das lavouras temporárias pode expressar uma crise da lavoura de subsistência, em função das transformações nas novas condições de emprego da força de trabalho.

Ao analisar-se o Quadro II, anteriormente, viu-se que a maior parte do pessoal situava-se nos estabelecimentos de menores estratos de área. É exatamente nestas unidades agrícolas, sobretudo no estrato de até 5 ha, que ocorre uma diminuição da área média de lavoura, ainda que de pequena proporção (-0,02) entre 75/80 (ver Quadro X) o que se agrava quando se considera a expansão da fronteira neste período.

Dado que, na dinâmica de acumulação do capital, os mecanismos que permitem uma maior reprodução do trabalhador são fundamentais também à lógica de reprodução do capital, e, ainda, considerando-se o caráter de temporalidade e descontinuidade do sistema de produção agrícola, a manutenção das pequenas unidades familiares, enquanto fonte de reprodução do trabalhador é condição estrutural essencial à penetração e ex-

pansão do capitalismo na agricultura baiana, na última década.

Isto garante ao capital, de um lado, o fornecimento contínuo da força de trabalho necessária aos períodos descontínuos da produção. P. Singer, na introdução do livro "Capital e trabalho no campo" (1979: 2) diz que ... "uma relação de emprego que se faz, se desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares não pode constituir base adequada para a reprodução normal da força de trabalho".

Por outro lado, considerando-se que o capital expulsa os trabalhadores para áreas menos férteis, conclui-se que o processo de expansão capitalista, atualmente em curso na Bahia, corresponde a um processo de máxima expropriação do trabalhador rural, cuja auto-reprodução se dá em condições de extrema pobreza.

Assim, a utilização inversa dos fatores trabalho e terra, no minifúndio e no latifúndio, conforme foi descrito, leva a uma enorme subutilização do fator terra, que é abundante, e a constituição do subemprego no setor agropecuário, em consequência do crescimento cada vez maior das unidades de dimensões anti-econômicas. "Trata-se, então de um aspecto estrutural ligado à evolução da própria estrutura produtiva e das relações de produção emergentes desde o período colonial, que tem, portanto, na posse da terra e nos padrões de distribuição da renda seus fatores explicativos básicos". (CEPLAB, 1978: 42).

Por outro lado, a forma como o governo tem intensificado alguns projetos voltados para o "pequeno produtor" faz aparecer no campo uma "pequena burguesia rural" vinculada a pequena produção mercantil, voltada para o aumento da produção de alimentos e também de artigos de exportação (como o algodão, o dendê, a soja e até mesmo o feijão, etc), baseado

no uso intensivo da tecnologia mais moderna, e num processo de organização da produção e educação agrícola, orientado por técnicos e agentes governamentais, que levam a estes produtores toda uma nova ideologia de desenvolvimento e integração ao sistema competitivo próprio ao mercado capitalista.

Do ponto de vista do capital, cria-se, então, uma camada de consumidores de produtos industriais de modernização agrícola, ao tempo em que se alcança parcialmente, maiores índices de produtividade no trabalho e controle da força de trabalho no campo. Entretanto, o mesmo processo que resulta na integração de alguns a dinâmica do mercado, produz, também, a proletarização da grande maioria da população trabalhadora rural, na medida que exclui os agricultores sem terra.

Além disto, as crises de emprego da economia do eixo centro-sul vem contribuindo para o redirecionamento dos fluxos migratórios em relação ao Estado da Bahia, criando enormes pressões demográficas no meio rural, com simultânea fragmentação das áreas de minifúndio e crescimento demográfico de pequenos centros urbanos.

Assim, o caráter historicamente determinado de constituição do desenvolvimento capitalista no campo cria uma forma de agricultura itinerante, cujo resultado tem sido a diferenciação do espaço em áreas de lavoura e zonas de pastoreio, que asseguram a expansão da atividade agrícola, gerando um permanente processo de expropriação da força de trabalho. Além disto, o movimento contínuo das culturas no espaço (o roteiro do café e a implantação das novas atividades agrícolas) cria também uma mobilidade interna da força de trabalho, pela constituição de um amplo exército de reserva, também itinerante, que atua de forma oscilatória nos mercados de trabalho "urbanos" e rurais.

### 3 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BAHIA. Secretaria do Planejamento e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, *ECONOMIA BAIANA - Subsídios para um plano de governo*. Salvador, Bahia, Brasil, 1978.
2. BAHIA. Secretaria do Planejamento e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, *ECONOMIA BAIANA (Diagnóstico do Setor Agro-pecuário)*, Salvador, Bahia, Brasil, 1978.
3. GRAZIANO DA SILVA, José. "Dois enfoques sobre a agricultura-  
ra no Brasil". IN: *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 10, 1979.
4. GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1981.
5. IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias. *Censos Agropecuários de 1970, 1975 - Bahia*. Rio de Janeiro, 1975 e 1979 (respectivamente).
6. IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias. *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário da Bahia, 1980*. Rio de Janeiro, 1981.
7. SINGER, Paul. *Capital e Trabalho no campo*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1979, 2ª Edição.
8. SILVA, Sérgio. "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo". IN: *Capital e Trabalho no Campo*. (org. por SINGER, Paul) São Paulo, Ed. HUCITEC, 1979, 2ª Edição.



QUADRO I  
 ÍNDICES DE CRESCIMENTO RELATIVO DA AGRICULTURA - BAHIA (BRASIL)  
 1920 À 1980

VARIÁVEIS	CRESCIMENTO				
	20/40	(b) 40/50	(c) 50/60	(d) 60/70	(e) 70/80
ESTABELECIMENTO ÁREA	247,25	14,00	47,83	41,97	17,96
TOTAL (ha) ÁREA DE	58,65	17,34	12,29	26,01	35,53
LAVOURA (ha)	237,49	-4,34	57,63	9,27	42,10
PERMANENTE (ha)	-	5,33	62,61	4,32	55,30
TEMPORÁRIA (ha)	-	-9,52	54,51	12,52	34,06
PESSOAL OCUPADO	68,55	2,12	41,86	16,82	25,02
TRATORES EFETIVOS DA	258,33	90,70	617,07	212,59	518,66
PECUÁRIA					
BOVINOS	13,56	42,33	17,81	23,12	57,11
SUÍNOS	68,52	58,90	-2,53	17,46	-8,22
AVES	16,57	11,94	65,33	21,24	55,28

FONTE: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980 - Bahia

Cálculos: IVO, A. B. L. CRH/UFBA



QUADRO III

EVOLUÇÃO DO PIB - TAXAS ACUMULADAS

BAHIA

1950/55 - 1955/60 - 1960/65 - 1965/70 - 1970/75

SECTORES	PERÍODOS				
	1950/55	1955/60	1960/65	1965/70	1970/75
AGRICULTURA	4,0	6,1	3,6	-6,0	6,0
INDÚSTRIA	10,5	8,5	-2,5	15,0	16,5
SERVIÇOS	6,6	10,2	0,6	9,6	8,1
TOTAL	5,5	6,5	3,8	5,2	9,9

NOTA: Dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Cálculos: CEPLAB/ILPS.

QUADRO IV

CRESCIMENTO RELATIVO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA- BAHIA (BRASIL)

1950 À 1980

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	50/60 (a)		60/70 (b)		70/80 (c)	
	ESTABEL./ %	ÁREA %	ESTABEL./ %	ÁREA %	ESTABEL./ %	ÁREA %
0 - 10	69,29	55,33	58,04	39,35	17,41	19,11
10 - 50	36,63	38,23	25,42	23,01	19,96	17,30
50 - 100	29,14	29,48	27,30	27,41	13,24	11,82
100 - 1000	22,36	21,60	29,58	28,86	15,86	18,83
1000 - 10000	0,65	-2,83	26,76	23,29	47,61	56,38
10000 E MAIS	-38,10	-52,69	12,82	6,52	218,18	296,15
SEM DECLARAÇÃO						
<b>T O T A L</b>	<b>47,83</b>	<b>12,29</b>	<b>41,97</b>	<b>26,01</b>	<b>17,95</b>	<b>35,53</b>

PONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970 e Sinopse do Censo Agropecuário de 1980 - Bahia

Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBa

QUADRO V

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA - BAHIA (BRASIL)  
1950 À 1980

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)				CRESCIMENTO RELATIVO %		
	1950	1960	1970	1980	50/60 (a)	60/70 (b)	70/80 (c)
0 - 10	4,30	3,98	3,50	3,56	-0,32	-0,48	0,06
10 - 50	23,21	23,49	23,03	22,52	0,28	-0,46	-0,51
50 - 100	68,28	68,46	68,52	67,66	0,18	0,06	-0,86
100 - 1000	244,02	242,51	241,16	247,33	-1,51	-1,35	6,17
1000 - 10000	2.139,87	2.065,92	2.009,27	2.128,63	73,95	-56,65	119,36
10000 E MAIS	26.534,53	20.279,43	19.145,56	23.837,25	-6.255,10	-1.133,87	4.691,69
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	60,97	46,31	41,10	47,22	-14,66	-5,21	6,12

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1980, Bahia.

Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBA

QUADRO VI  
 INDICADORES GERAIS DE DESEMPENHO DA AGRICULTURA NA BAHIA  
 1920 À 1980

INDICADORES	1920	1940	1950	1960	1970	1980
ÁREA MÉDIA DE ESTABELECIMENTOS (ha)	129,66	59,23	60,97	46,31	41,10	47,22
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS/ ÁREA TOTAL (ha) %	5,03	10,70	8,72	12,24	10,62	11,13
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES/ ÁREA DE LAVOURA TOTAL (ha) %	-	34,91	38,44	39,65	37,86	41,37
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS/ ÁREA DE LAVOURA TOTAL (ha) %	-	65,09	61,56	60,35	62,14	58,63
ÁREA MÉDIA DISPONÍVEL POR PESSOA OCUPADA (ha)	1,75	0,88	0,93	0,84	0,90	0,79
ÁREA MÉDIA POR TRATOR DISPONÍVEL (ha)	704.287	331.771	191.866	30.045	12.111	2.653

FONTE: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 - Bahia.

Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBA

QUADRO. VII

ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NA BAHIA

1950 À 1977

SETORES	1950	1960	1970	1975	1977
AGROPECUÁRIO	72,33	66,59	62,97	60,00	58,89
MINERAÇÃO	0,59	0,72	0,83	0,92	0,95
MANUFATUREIRO	5,16	5,14	5,42	5,80	5,93
CONSTRUÇÃO	3,32	4,42	5,41	6,22	6,53
SERVIÇOS	2,98	3,41	3,45	3,68	3,76
BÁSICOS OUTROS	15,62	19,72	21,92	23,38	23,94
SERVIÇOS					
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BAHIA. SEPLANTEC CPE. Análise global da economia baiana;  
diagnóstico. Salvador. 1974 2v. Cálculos:

QUADRO VIII

NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA  
BAHIA (BRASIL) 1950 À 1980

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	1950		1960		1970		1980	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
0-10	112.021	481.629	187.951	748.108	297.035	1.042.466	348.762	1.241.684
%	(43,41)	(3,06)	(49,27)	(4,23)	(54,85)	(4,68)	(54,59)	(4,12)
10-50	95.062	2.206.861	129.881	3.050.539	162.902	3.752.337	195.416	4.401.563
%	(36,84)	(14,03)	(34,05)	(17,27)	(30,08)	(16,86)	(30,59)	(14,59)
50-100	24.171	1.650.446	31.214	2.136.976	39.734	2.722.649	44.994	3.044.493
%	(9,37)	(10,49)	(8,18)	(12,10)	(7,34)	(12,23)	(7,04)	(10,09)
100-1000	25.031	6.108.127	30.628	7.427.651	39.687	9.570.984	45.983	11.373.009
%	(9,70)	(38,82)	(8,02)	(42,04)	(7,33)	(42,99)	(7,20)	(37,70)
1000-10000	1.689	3.614.249	1.700	3.512.076	2.155	4.329.986	3.181	6.771.203
%	(0,65)	(22,97)	(0,45)	(19,88)	(0,40)	(19,45)	(0,50)	(22,44)
10000 E MAIS	63	1.671.676	39	790.868	44	842.405	140	3.337.216
%	(0,03)	(10,63)	(0,01)	(4,48)	(0,01)	(3,79)	(0,02)	(11,06)
NÃO DECLARADO	6	-	60	-	9	-	395	-
%	(0,0)		(0,02)		(0,0)		(0,06)	
TOTAL	258.043	15.732.988	381.473	17.666.218	541.566	22.260.827	638.871	30.169.168
	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários - 1950/1960/1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980 - Bahia

Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBA



QUADRO IX

PARTICIPAÇÃO DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS PELA ÁREA TOTAL DE LAVOURA, SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA

BAHIA 1975 À 1980

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	TIPOS DE LAVOURAS			
	1975		1980	
	PERMANENTE %	TEMPORÁRIA %	PERMANENTE %	TEMPORÁRIA %
0 - 5	13,31	86,69	17,46	82,54
5 - 10	22,82	77,18	25,14	74,86
10 - 50	42,47	57,53	44,82	55,18
50 - 100	61,45	38,55	62,30	37,70
100 - 500	61,28	38,72	65,48	34,52
500 - 1000	50,85	49,15	57,06	42,94
1000 E MAIS	42,09	57,91	64,35	35,65
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
TOTAL	36,49	63,51	41,37	58,63

PONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980

- Bahia - IBGE Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBa

QUADRO X

ÁREA MÉDIA DE LAVOURA POR ESTRATOS DE ÁREA - BAHIA  
1975 À 1980

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	ÁREA MÉDIA DE LAVOURA								
	TOTAL			LAVOURA PERMANENTE			LAVOURA TEMPORÁRIA		
	1975	1980	VARIACÃO 75/80	1975	1980	VARIACÃO 75/80	1975	1980	VARIACÃO 75/80
0 - 5	1,53	1,51	-0,02	1,07	1,10	0,03	1,65	1,64	-0,01
5 - 10	5,15	5,20	0,05	4,13	4,30	0,17	5,56	5,60	0,04
10 - 50	14,14	14,55	0,41	15,48	15,80	0,32	13,28	13,67	0,39
50 - 100	49,19	52,33	3,14	55,49	57,29	1,80	41,65	45,79	4,14
100 - 500	127,28	138,82	11,54	141,84	150,54	8,70	109,50	120,96	11,46
500 - 1000	478,60	512,08	33,48	520,18	534,97	14,79	442,03	484,54	42,51
1000 E MAIS	1.357,80	1.918,12	560,32	1.190,67	2.027,74	837,07	1.512,08	1.747,59	235,51
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4,37	4,78	0,41	7,06	7,28	0,22	3,59	3,85	0,26

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980 - Bahia - IBGE

Cálculos: IVO, A.B.L. - CRH/UFBA